

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	18/03/22
Número do PROAD aberto	5542/2022
Área Demandante:	Secretaria de Saúde
Área Requisitante:	Secretaria de Saúde

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Sérgio de Oliveira Cordeiro			
- Integrante Técnico:	Rosemary Rodrigues Miguel			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses		
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular		
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato		
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	Nos autos do PROAD 22428/2019, a Presidência deste Tribunal determinou a contratação, com urgência, de médico com especialidade em medicina do trabalho para elaboração dos PPPs e das respectivas perícias necessárias ao andamento dos processos de aposentadoria especial.	

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Data para início dos serviços:	02/07/2022
--------------------------------	------------

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para preenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)

<https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:

Contratação de empresa especializada para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.

Contratação de empresa especializada para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial no âmbito da Secretaria de Saúde do Tribunal.

Quantitativo de PPPs: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).

Quantitativo de Perícias: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).

O quantitativo a ser contratado tem como base 20 processos que já se encontram aguardando os PPPs e as perícias para que tenham seu devido andamento, bem como a média de 10 pedidos apresentados nos exercícios anteriores.

A contratação, nos moldes propostos, deverá obedecer aos limites estabelecidos no art. 65, §1º, da lei 8.666/93 (+/-25% da quantidade inicialmente contratada).

O prazo de execução é de, no mínimo, 30 meses, podendo ser prorrogado em caso de necessidade do Tribunal.

Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h às 18h, sendo que os Perfis Profissiográficos Previdenciários serão emitidos com base nos dados fornecidos pelo PPRA e LTCAT.

As perícias serão realizadas por médico especializado em Medicina do Trabalho ou por Engenheiro de Segurança do Trabalho somente para a elaboração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários.

Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues, no máximo, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da coleta dos dados necessários para a sua elaboração.

Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues na forma escrita, podendo ser encaminhados digitalmente, desde que devidamente assinados pelo médico especializado em Medicina do Trabalho ou pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável por sua elaboração, constando do documento seu nome completo e número do registro no conselho da sua categoria correspondente, bem como os dados que identifiquem o interessado objeto do PPP.

Os serviços serão agendados por meio de contato prévio com o Ambulatório da Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico ambulatório.saude@trt15.jus.br.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.

30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Não se aplica

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

2. ANÁLISE de VIABILIDADE**2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:**

Única solução.

Justificativa	A Secretaria de Saúde não dispõe mais de médico do trabalho em seu quadro de servidores, o que inviabiliza a realização dos PPPs e perícias relacionadas às aposentadorias especiais. Desse modo, nos autos do PROAD 22428/2019, a Presidência deste Tribunal determinou a contratação, com urgência, de médico com especialidade em medicina do trabalho para elaboração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários e das respectivas perícias necessárias ao andamento dos processos de aposentadoria especial.
---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Contratação de empresa especializada em medicina do trabalho para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial.
Justificativa	A Secretaria de Saúde não dispõe mais de médico do trabalho em seu quadro de servidores, o que inviabiliza a realização dos PPPs e perícias relacionadas às aposentadorias especiais. Desse modo, nos autos do PROAD 22428/2019, a Presidência deste Tribunal determinou a contratação, com urgência, de médico com especialidade em medicina do trabalho para elaboração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários e das respectivas perícias necessárias ao andamento dos processos de aposentadoria especial.
Valor estimado	R\$ 44.887,50
Outros	

2.2.1 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026>

Selecione abaixo:

Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: Atendimento adequado e célere aos pedidos de aposentadoria especial.

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

O quantitativo a ser contratado tem como base 20 processos que já se encontram aguardando os PPPs e as perícias para que tenham seu devido andamento, bem como a média de pedidos apresentados no exercício anterior.

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não.

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO**3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:**

<input type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	
<input checked="" type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	Tem contrato

TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:

3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado

A empresa contratada deve possuir em seus quadros profissionais com especialidade em Medicina do Trabalho com o devido registro no Conselho Regional de Medicina, a fim de executar o objeto da presente contratação.

3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
--------------------------	-----------------------------------------------------------------

<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input checked="" type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto	
É necessário sobreposição contratual?	
Não.	
3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica.	
3.4.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica.	

4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO	
4.1 Natureza do objeto	Serviço continuado

4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	Deve ser contratada uma única empresa, pois os PPPs e as perícias são serviços interligados e devem ser realizados pelos mesmos profissionais.
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?	
Sim	
Justificativa:	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas	
Pregão eletrônico	
4.4.1 Forma de julgamento:	
Menor preço	
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)	
Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço	
4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).	
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.	
Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.	
Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.	

4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso	
A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.	

4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes	
Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Rosemary Rodrigues Miguel
Fiscal Técnico do Contrato:	Rosemary Rodrigues Miguel
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS	
Valor unitário PPP: R\$ 91,25 Quantitativo: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).	
Valor unitário Perícias: R\$ 906,25 Quantitativo: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).	
Valor total previsto: R\$ 44.887,50 (doc. 12 do PROAD)	

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?	
Não	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
6.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Não se aplica	
6.2 Histórico de consumo:	
Não se aplica	
6.3 Estimativa de consumo:	

Não se aplica
6.4 Quantidade para Consumo Imediato:
Não se aplica
6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:
Não se aplica
6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:
Não se aplica
6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?
Não se aplica
6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique
Não se aplica

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
Há especificação de ROHs?		Não se aplica	
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

8. ARQUIVOS	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Não se aplica	
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado	
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos, com quantitativo mínimo de 10% dos serviços que se pretende contratar, a fim de assegurar que a contratada estará apta a fornecer os serviços pactuados. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017.
<input type="checkbox"/>	Operacional: Registro da empresa no respectivo conselho profissional:
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).

<input checked="" type="checkbox"/> <p>Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.</p>	<p>Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, médico(a) com especialidade em medicina no trabalho ou engenheiro(a) de Segurança do Trabalho com registro no respectivo conselho. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:</p> <p>1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;</p> <p>2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente;</p> <p>3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;</p> <p>4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da contratação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
<p>Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):</p>	<p>Decreto n.º 3048/99, com redação dada pelo Decreto n.º 10410/20, e Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15), devendo constar do teor dos PPPs a legislação na qual foi fundamentada sua elaboração.</p>

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
Não se aplica.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
Não haverá garantia contratual	
Justificativa	Não se aplica, considerando a natureza do objeto, elaboração de PPPs e realização de perícias. Eventual descumprimento ensejará a rescisão contratual.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo:	
- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários	
- Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá	
- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços	
- A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços	
- Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia	
- Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.	
Especificações:	
13.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
I) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários, por meio de reuniões que devem ser previamente solicitadas pela CONTRATADA e agendadas, a serem realizadas presencialmente, com a Secretaria de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;	
II) anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;	
III) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de fiscal nomeado para esse fim;	
IV) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.	
13.2. Obrigações da Contratada	

Decreto n.º 3048/99, com redação dada pelo Decreto n.º 10410/20, e Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15), devendo constar do teor dos PPPs a legislação na qual foi fundamentada sua elaboração.

- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários.

- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de execução dos serviços.

- Tendo em vista os Decretos Estaduais vigentes e a Resolução CNJ nº 322/2020, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, bem como os Normativos deste Tribunal, o prestador de serviços ou o fornecedor deverão se atentar ao atendimento de tais dispositivos, quando da prestação de serviços nas dependências do TRT, ou quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal, para efetuar eventuais entregas de bens.

- Caso se verifique alguma falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.

PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

- O Conselho Superior do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho.

Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

- A forma de contato com a Secretaria de Saúde do Tribunal poderá ser realizada por intermédio do endereço eletrônico apoio.saude@trt15.jus.br, com a Seção de Apoio Administrativo de Saúde.

Competirá à CONTRATADA a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas no instrumento contratual e/ou decorrentes da legislação aplicável à matéria, em especial:

- I) Informar aos fiscais do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços;
- II) Executar o objeto do contrato em prazo não superior ao máximo estipulado no edital, sob pena de incidência das sanções previstas no instrumento convocatório;
- III) Executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito à CONTRATANTE, devidamente fundamentada, para análise pela fiscalização do contrato;
- IV) Abster-se de transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência da CONTRATANTE;
- V) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 70 da Lei nº 8.666/1993;
- VI) Responder pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do exercício das atividades profissionais relacionadas ao objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/1993;
- VII) Comparecer à reunião de abertura dos trabalhos antes do início das atividades, a fim de esclarecer eventuais dúvidas, receber da CONTRATANTE as informações exigidas para execução dos trabalhos e apresentar o cronograma de atividades e a metodologia de trabalho;
- VIII) Apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser ratificado pelo CONTRATANTE, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações, bem como estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários;
- IX) Emitir parecer sobre questionamentos referentes ao objeto do contrato durante a vigência de cada documento, sempre que o CONTRATANTE solicitar;
- X) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93;
- XI) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação apresentadas na fase de licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93;
- XII) Garantir a segurança e idoneidade das avaliações;
- XIII) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender, apresentando formalmente as ações corretivas cabíveis;
- XIV) Apresentar à CONTRATANTE a documentação comprobatória pertinente aos profissionais;
- XV) Substituir o profissional no caso de impossibilidade do seu comparecimento ao trabalho, independente da motivação, visando o cumprimento dos serviços de forma ininterrupta, comunicando imediatamente à CONTRATANTE o nome do profissional substituído;
- XVI) Indicar um representante com atribuições de coordenar, comandar, fiscalizar e orientar os profissionais quanto ao bom andamento dos serviços, mantendo sempre contato com o gestor e fiscal do contrato;
- XVII) Responsabilizar-se pela disponibilização dos recursos materiais necessários realização dos trabalhos;
- XVIII) Utilizar sempre instrumentos de medição com calibração válida e rastreável;
- XIX) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos de força maior comprovada, caso fortuito ou impossibilidade notória, em face de instruções oriundas da Administração Pública, de órgãos de classe ou decorrentes de decisões judiciais.
- XX) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

Obs.: As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas nesta cláusula não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei 8.666/1993.

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Rosemary Rodrigues Miguel

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues, no máximo, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da coleta dos dados necessários para a sua elaboração, pelo médico especializado em Medicina do Trabalho ou pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável por sua elaboração, constando do documento seu nome completo e número do registro no conselho da sua categoria correspondente, bem como os dados que identifiquem o interessado objeto do PPP.

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

Os serviços serão agendados por meio de contato prévio com o Ambulatório da Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico ambulatório.saude@trt15.jus.br.

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica.

14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	apoio.saude@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

Os serviços objeto do contrato, executados em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento, serão recebidos pelo gestor do contrato, nos termos do artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, mediante atestação da nota fiscal.

14.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

***Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.**

14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO)**Indicador 1**

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

Indicador 2

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

Indicador 3

Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

14.9 Sanções

- Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:

I) Sendo extrapolado o prazo total para execução do objeto contratado, multa de 1% por dia útil, sobre o valor da contratação, até o limite de 10%;

II) Havendo inexecução total, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total da contratação;

III) Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% por ocorrência, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;

IV) O Tribunal poderá entender como inexecução total o atraso, na entrega do objeto, superior a 20 dias, podendo, nesse caso, rescindir unilateralmente o contrato, por culpa da contratada.

14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

15. DISPOSIÇÕES GERAIS**16. ANÁLISE de RISCOS** (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)**16.1 Riscos do Processo de Contratação:**

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Gestor e Coord. Licitações e Contratos.	
Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	

Previsão no Plano de Contratações	Gestor
Ação de Contingência	Responsável
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.	Gestor

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva	Responsável		
Início do DOD com antecedência		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência	Responsável		
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos		Gestor	

16.2 Riscos do Objeto:			
Risco 1	Eventual atraso ou inexecução contratual, poderá prejudicar o andamento dos pedidos de aposentadoria especial.		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Baixo
Dano	Atraso no andamento dos processos de aposentadoria especial.		
Ação Preventiva			Responsável
Acompanhamento da execução contratual, de modo a não haver atrasos na prestação dos serviços.		Rosemary Rodrigues Miguel	
Ação de Contingência			Responsável
Rescisão unilateral do contrato, caso não sejam observados os prazos ajustados.		Sérgio de Oliveira Cordeiro	

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO			
Contratação é viável?			
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim		
<input type="checkbox"/>	Não		

Data:	18/03/22		
Integrante Demandante:	Sérgio de Oliveira Cordeiro		
Integrante Técnico:	Rosemary Rodrigues Miguel		
- Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO			
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO– Parte 1			
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)			
1.1 Descrição resumida do Objeto:			
Contratação de empresa especializada para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial.			
1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.			
Contratação de empresa especializada para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial no âmbito da Secretaria de Saúde do Tribunal.			
Quantitativo de PPPs: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses). Quantitativo de Perícias: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).			
O quantitativo a ser contratado tem como base 20 processos que já se encontram aguardando os PPPs e as perícias para que tenham seu devido andamento, bem como a média de 10 pedidos apresentados nos exercícios anteriores.			
A contratação, nos moldes propostos, deverá obedecer aos limites estabelecidos no art. 65, §1º, da lei 8.666/93 (+25% da quantidade inicialmente contratada).			
O prazo de execução é de, no mínimo, 30 meses, podendo ser prorrogado em caso de necessidade do Tribunal.			
Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h às 18h, sendo que os Perfis Profissiográficos Previdenciários serão emitidos com base nos dados fornecidos pelo PPRA e LTCAT.			
As perícias serão realizadas por médico especializado em Medicina do Trabalho ou por Engenheiro de Segurança do Trabalho somente para a elaboração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários.			
Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues, no máximo, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da coleta dos dados necessários para a sua elaboração.			
Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues na forma escrita, podendo ser encaminhados digitalmente, desde que devidamente assinados pelo médico especializado em Medicina do Trabalho ou pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável por sua elaboração, constando do documento seu nome completo e número do registro no conselho da sua categoria correspondente, bem como os dados que identifiquem o interessado objeto do PPP.			
Os serviços serão agendados por meio de contato prévio com o Ambulatório da Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico ambulatório.saude@trt15.jus.br.			

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.

30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Não se aplica

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**2.1 Motivação****Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)**

Solução escolhida	Contratação de empresa especializada em medicina do trabalho para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial.
Justificativa	A Secretaria de Saúde não dispõe mais de médico do trabalho em seu quadro de servidores, o que inviabiliza a realização dos PPPs e perícias relacionadas às aposentadorias especiais. Desse modo, nos autos do PROAD 22428/2019, a Presidência deste Tribunal determinou a contratação, com urgência, de médico com especialidade em medicina do trabalho para elaboração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários e das respectivas perícias necessárias ao andamento dos processos de aposentadoria especial.
Valor estimado	R\$ 44.887,50
Outros	

2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados**Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)**

<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício: Atendimento adequado e célere aos pedidos de aposentadoria especial.

2.3 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020>

Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas

2.4 Referência aos Estudos Preliminares

5542/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

O quantitativo a ser contratado tem como base 20 processos que já se encontram aguardando os PPPs e as perícias para que tenham seu devido andamento, bem como a média de pedidos apresentados no exercício anterior.

2.6 Natureza do objeto

Serviço continuado

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade	
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:
<input checked="" type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:

2.8 Impacto ambiental

Não.

3. GESTÃO DO CONTRATO**3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:**

Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Rosemary Rodrigues Miguel

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO**Catálogo (CATMAT/CATSER)****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)****1.1 Descrição resumida do Objeto:**

Contratação de empresa especializada para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto

Contratação de empresa especializada para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial no âmbito da Secretaria de Saúde do Tribunal.

Quantitativo de PPPs: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).
Quantitativo de Perícias: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).

O quantitativo a ser contratado tem como base 20 processos que já se encontram aguardando os PPPs e as perícias para que tenham seu devido andamento, bem como a média de 10 pedidos apresentados nos exercícios anteriores.

A contratação, nos moldes propostos, deverá obedecer aos limites estabelecidos no art. 65, §1º, da lei 8.666/93 (+/-25% da quantidade inicialmente contratada).

O prazo de execução é de, no mínimo, 30 meses, podendo ser prorrogado em caso de necessidade do Tribunal.

Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h às 18h, sendo que os Perfis Profissiográficos Previdenciários serão emitidos com base nos dados fornecidos pelo PPRA e LTCAT.

As perícias serão realizadas por médico especializado em Medicina do Trabalho ou por Engenheiro de Segurança do Trabalho somente para a elaboração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários.

Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues, no máximo, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da coleta dos dados necessários para a sua elaboração.

Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues na forma escrita, podendo ser encaminhados digitalmente, desde que devidamente assinados pelo médico especializado em Medicina do Trabalho ou pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável por sua elaboração, constando do documento seu nome completo e número do registro no conselho da sua categoria correspondente, bem como os dados que identifiquem o interessado objeto do PPP.

Os serviços serão agendados por meio de contato prévio com o Ambulatório da Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico ambulatorio.saude@trt15.jus.br.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.

30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017

Outro

2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico

2.2 Forma de julgamento:

Menor preço

2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por grupo. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.

2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

2.4.2 Histórico de consumo:

Não se aplica

2.4.3 Estimativa de consumo:

Não se aplica

2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:

Não se aplica

2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:

Não se aplica

2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Não se aplica

2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?

Não se aplica

2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique
Não se aplica

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO			
3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Há especificação de ROHs?			Não se aplica
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT.			
Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

3.2 ARQUIVOS
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?
Não se aplica
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:

3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(éis) características, quantidades e prazos, com quantitativo mínimo de 10% dos serviços que se pretende contratar, a fim de assegurar que a contratada estará apta a fornecer os serviços pactuados. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017.
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).
<input checked="" type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade. Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, médico(a) com especialidade em medicina no trabalho ou engenheiro(a) de Segurança do Trabalho com registro no respectivo conselho. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo: 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da contratação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura.

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	Decreto n.º 3048/99, com redação dada pelo Decreto n.º 10410/20, e Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15), devendo constar do teor dos PPPs a legislação na qual foi fundamentada sua elaboração.

4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Não se aplica	
Se sim. Justificar:	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	
Não se aplica	

5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
02/07/2022

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Não se aplica			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

7. GARANTIA

7.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto e a qual grupo se refere:	
Não se aplica.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
Não haverá garantia contratual	
Justificativa	Não se aplica, considerando a natureza do objeto, elaboração de PPPs e realização de perícias. Eventual descumprimento ensejará a rescisão contratual.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Especificações:
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)
I) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários, por meio de reuniões que devem ser previamente solicitadas pela CONTRATADA e agendadas, a serem realizadas presencialmente, com a Secretaria de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;
II) anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;
III) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de fiscal nomeado para esse fim;
IV) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

8.2. Obrigações da Contratada

Decreto n.º 3048/99, com redação dada pelo Decreto n.º 10410/20, e Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15), devendo constar do teor dos PPPs a legislação na qual foi fundamentada sua elaboração.
- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários.
- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de execução dos serviços.
- Tendo em vista os Decretos Estaduais vigentes e a Resolução CNJ nº 322/2020, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, bem como os Normativos deste Tribunal, o prestador de serviços ou o fornecedor deverão se atentar ao atendimento de tais dispositivos, quando da prestação de serviços nas dependências do TRT, ou quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal, para efetuar eventuais entregas de bens.
- Caso se verifique alguma falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.
PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO
- O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho.
Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.
ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.
- A forma de contato com a Secretaria de Saúde do Tribunal poderá ser realizada por intermédio do endereço eletrônico apoio.saude@trt15.jus.br, com a Seção de Apoio Administrativo de Saúde.
Competirá à CONTRATADA a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas no instrumento contratual e/ou decorrentes da legislação aplicável à matéria, em especial:
I) Informar aos fiscais do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços;
II) Executar o objeto do contrato em prazo não superior ao máximo estipulado no edital, sob pena de incidência das sanções previstas no instrumento convocatório;
III) Executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito à CONTRATANTE, devidamente fundamentada, para análise pela fiscalização do contrato;
IV) Abster-se de transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE;
V) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 70 da Lei nº 8.666/1993;
VI) Responder pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do exercício das atividades profissionais relacionadas ao objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/1993;
VII) Comparecer à reunião de abertura dos trabalhos antes do início das atividades, a fim de esclarecer eventuais dúvidas, receber da CONTRATANTE as informações exigidas para execução dos trabalhos e apresentar o cronograma de atividades e a metodologia de trabalho.
VIII) Apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser ratificado pelo CONTRATANTE, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações, bem como estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.
IX) Emitir parecer sobre questionamentos referentes ao objeto do contrato durante a vigência de cada documento, sempre que o CONTRATANTE solicitar;
X) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93;
XI) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação apresentadas na fase de licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93;
XII) Garantir a segurança e idoneidade das avaliações.
XIII) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender, apresentando formalmente as ações corretivas cabíveis;
XIV) Apresentar à CONTRATANTE a documentação comprobatória pertinente aos profissionais;
XV) Substituir o profissional no caso de impossibilidade do seu comparecimento ao trabalho, independente da motivação, visando o cumprimento dos serviços de forma ininterrupta, comunicando imediatamente à CONTRATANTE o nome do profissional substituto;
XVI) Indicar um representante com atribuições de coordenar, comandar, fiscalizar e orientar os profissionais quanto ao bom andamento dos serviços, mantendo sempre contato com o gestor e fiscal do contrato;
XVII) Responsabilizar-se pela disponibilização dos recursos materiais necessários realização dos trabalhos;
XVIII) Utilizar sempre instrumentos de medição com calibração válida e rastreável;
XIX) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos de força maior comprovada, caso fortuito ou impossibilidade notória, em face de instruções oriundas da Administração Pública, de órgãos de classe ou decorrentes de decisões judiciais.
XX) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.
Obs.: As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas nesta cláusula não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei 8.666/1993.

9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO			
9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:			
Gestor do Contrato:		Sérgio de Oliveira Cordeiro	
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):		Rosemary Rodrigues Miguel	
9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber			
Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues, no máximo, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da coleta dos dados necessários para a sua elaboração, pelo médico especializado em Medicina do Trabalho ou pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável por sua elaboração, constando do documento seu nome completo e número do registro no conselho da sua categoria correspondente, bem como os dados que identifiquem o interessado objeto do PPP.			
9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços			
Os serviços serão agendados por meio de contato prévio com o Ambulatório da Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico ambulatório.saude@trt15.jus.br.			
9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia			
Não se aplica.			
9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	apoio.saude@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		
9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo			
Os serviços objeto do contrato, executados em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento, serão recebidos pelo gestor do contrato, nos termos do artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, mediante atestação da nota fiscal.			
9.7 Forma de pagamento			
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.			
*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.			
9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento			
Indicador 1			
Finalidade			
Meta a cumprir			
Instrumento de Medição			
Forma de Acompanhamento			
Periodicidade			
Mecanismo de cálculo			
Faixas de Ajuste no pagamento mensal			
Sanções			
Indicador 2			
Finalidade			
Meta a cumprir			
Instrumento de Medição			
Forma de Acompanhamento			
Periodicidade			
Mecanismo de cálculo			
Faixas de Ajuste no pagamento mensal			
Sanções			
Indicador 3			
Finalidade			
Meta a cumprir			
Instrumento de Medição			
Forma de Acompanhamento			
Periodicidade			
Mecanismo de cálculo			
Faixas de Ajuste no pagamento mensal			
Sanções			
9.9 Sanções			
- Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:			
I) Sendo extrapolado o prazo total para execução do objeto contratado, multa de 1% por dia útil, sobre o valor da contratação, até o limite de 10%;			
II) Havendo inexecução total, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total da contratação;			
III) Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% por ocorrência, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;			
IV) O Tribunal poderá entender como inexecução total o atraso, na entrega do objeto, superior a 20 dias, podendo, nesse caso, rescindir unilateralmente o contrato, por culpa da contratada.			

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA					

11. DISPOSIÇÕES GERAIS					

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS					
----------------------------------------	--	--	--	--	--

Data:	18/03/22
Número do PROAD aberto	5542/2022
Área Demandante:	Secretaria de Saúde
Área Requisitante:	Secretaria de Saúde

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	Nos autos do PROAD 22428/2019, a Presidência deste Tribunal determinou a contratação, com urgência, de médico com especialidade em medicina do trabalho para elaboração dos PPPs e das respectivas perícias necessárias ao andamento dos processos de aposentadoria especial.
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Outra justificativa:	

CONTRATAÇÃO É URGENTE

Catálogo (CATMAT/CATSER)

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	
É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?	
Não	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
1.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Não se aplica	
1.2 Histórico de consumo:	
Não se aplica	
1.3 Estimativa de consumo:	
Não se aplica	
1.4 Quantidade para Consumo Imediato:	
Não se aplica	
1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:	
Não se aplica	
1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:	
Não se aplica	
1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?	
Não se aplica	
1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique	
Não se aplica	

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	Decreto n.º 3048/99, com redação dada pelo Decreto n.º 10410/20, e Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15), devendo constar do teor dos PPPs a legislação na qual foi fundamentada sua elaboração.

3. OBJETO	
3.1 Descrição Detalhada do Objeto	

Contratação de empresa especializada para a elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e de perícias destinadas ao atendimento de pedidos de aposentadoria especial no âmbito da Secretaria de Saúde do Tribunal.

Quantitativo de PPPs: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).
Quantitativo de Perícias: 45, sendo 30 para o primeiro ano (12 meses) e 15 para o período restante do contrato (18 meses).

O quantitativo a ser contratado tem como base 20 processos que já se encontram aguardando os PPPs e as perícias para que tenham seu devido andamento, bem como a média de 10 pedidos apresentados nos exercícios anteriores.

A contratação, nos moldes propostos, deverá obedecer aos limites estabelecidos no art. 65, §1º, da lei 8.666/93 (+/-25% da quantidade inicialmente contratada).

O prazo de execução é de, no mínimo, 30 meses, podendo ser prorrogado em caso de necessidade do Tribunal.

Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 8h às 18h, sendo que os Perfis Profissiográficos Previdenciários serão emitidos com base nos dados fornecidos pelo PPRA e LTCAT.

As perícias serão realizadas por médico especializado em Medicina do Trabalho ou por Engenheiro de Segurança do Trabalho somente para a elaboração dos Perfis Profissiográficos Previdenciários.

Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues, no máximo, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da coleta dos dados necessários para a sua elaboração.

Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues na forma escrita, podendo ser encaminhados digitalmente, desde que devidamente assinados pelo médico especializado em Medicina do Trabalho ou pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável por sua elaboração, constando do documento seu nome completo e número do registro no conselho da sua categoria correspondente, bem como os dados que identifiquem o interessado objeto do PPP.

Os serviços serão agendados por meio de contato prévio com o Ambulatório da Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico ambulatório.saude@trt15.jus.br.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO			
4.1 Local e horário da prestação dos serviços			
Não se aplica			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Outros:			

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber
Os Perfis Profissiográficos Previdenciários deverão ser entregues, no máximo, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da coleta dos dados necessários para a sua elaboração, pelo médico especializado em Medicina do Trabalho ou pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho responsável por sua elaboração, constando do documento seu nome completo e número do registro no conselho da sua categoria correspondente, bem como os dados que identifiquem o interessado objeto do PPP.

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços
Os serviços serão agendados por meio de contato prévio com o Ambulatório da Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico ambulatório.saude@trt15.jus.br.

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	apoio.saude@trt15.jus.br
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA			
5.1. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Há especificação de ROHs?			
		Não se aplica	
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Decreto n.º 3048/99, com redação dada pelo Decreto n.º 10410/20, e Norma Regulamentadora n.º 15 (NR-15), devendo constar do teor dos PPPs a legislação na qual foi fundamentada sua elaboração.

- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários.

- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de execução dos serviços.

- Tendo em vista os Decretos Estaduais vigentes e a Resolução CNJ nº 322/2020, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, bem como os Normativos deste Tribunal, o prestador de serviços ou o fornecedor deverão se atentar ao atendimento de tais dispositivos, quando da prestação de serviços nas dependências do TRT, ou quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal, para efetuar eventuais entregas de bens.

- Caso se verifique alguma falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.

PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

- O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho.

Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

- A forma de contato com a Secretaria de Saúde do Tribunal poderá ser realizada por intermédio do endereço eletrônico apoio.saude@trt15.jus.br , com a Seção de Apoio Administrativo de Saúde.

Competirá à CONTRATADA a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas no instrumento contratual e/ou decorrentes da legislação aplicável à matéria, em especial:

- I) Informar aos fiscais do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços;
- II) Executar o objeto do contrato em prazo não superior ao máximo estipulado no edital, sob pena de incidência das sanções previstas no instrumento convocatório;
- III) Executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito à CONTRATANTE, devidamente fundamentada, para análise pela fiscalização do contrato;
- IV) Abster-se de transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE;
- V) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 70 da Lei nº 8.666/1993;
- VI) Responder pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do exercício das atividades profissionais relacionadas ao objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/1993;
- VII) Comparecer à reunião de abertura dos trabalhos antes do início das atividades, a fim de esclarecer eventuais dúvidas, receber da CONTRATANTE as informações exigidas para execução dos trabalhos e apresentar o cronograma de atividades e a metodologia de trabalho;
- VIII) Apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser ratificado pelo CONTRATANTE, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações, bem como estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários;
- IX) Emitir parecer sobre questionamentos referentes ao objeto do contrato durante a vigência de cada documento, sempre que o CONTRATANTE solicitar;
- X) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei 8.666/93;
- XI) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação apresentadas na fase de licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93;
- XII) Garantir a segurança e idoneidade das avaliações;
- XIII) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender, apresentando formalmente as ações corretivas cabíveis;
- XIV) Apresentar à CONTRATANTE a documentação comprobatória pertinente aos profissionais;
- XV) Substituir o profissional no caso de impossibilidade do seu comparecimento ao trabalho, independente da motivação, visando o cumprimento dos serviços de forma ininterrupta, comunicando imediatamente à CONTRATANTE o nome do profissional substituto;
- XVI) Indicar um representante com atribuições de coordenar, comandar, fiscalizar e orientar os profissionais quanto ao bom andamento dos serviços, mantendo sempre contato com o gestor e fiscal do contrato;
- XVII) Responsabilizar-se pela disponibilização dos recursos materiais necessários realização dos trabalhos;
- XVIII) Utilizar sempre instrumentos de medição com calibração válida e rastreável;
- XIX) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos de força maior comprovada, caso fortuito ou impossibilidade notória, em face de instruções oriundas da Administração Pública, de órgãos de classe ou decorrentes de decisões judiciais.
- XX) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

Obs.: As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas nesta cláusula não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei 8.666/1993.

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Não se aplica.

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Não haverá garantia contratual

Justificativa	Não se aplica, considerando a natureza do objeto, elaboração de PPPs e realização de perícias. Eventual descumprimento ensejará a rescisão contratual.
----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

I) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários, por meio de reuniões que devem ser previamente solicitadas pela CONTRATADA e agendadas, a serem realizadas presencialmente, com a Secretaria de Saúde do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região;

II) anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;

III) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de fiscal nomeado para esse fim;

IV) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

--	--	--	--	--	--

9. EQUIPE DE GESTÃO	
Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Rosemary Rodrigues Miguel
Fiscal Técnico do Contrato:	Rosemary Rodrigues Miguel
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
Indicador 1	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 2	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
11. FATURAMENTO	
Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO	
Os serviços objeto do contrato, executados em conformidade com as condições estabelecidas no instrumento, serão recebidos pelo gestor do contrato, nos termos do artigo 73 da Lei nº 8.666/1993, mediante atestação da nota fiscal.	

13. FORMA DE PAGAMENTO	
O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei nº 8.666/1993. *Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.	

14. PRAZO DE VIGÊNCIA	
30 meses. A critério das partes, sendo possível a prorrogação por prazo diverso do inicialmente firmado, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo conforme artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 c.c. Anexo IX, item 12, alínea "c", da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017	
Outro	

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input checked="" type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto	
É necessário sobreposição contratual?	
Não.	
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica.	
14.2.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica.	

15. SANÇÕES	
--------------------	--

- Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos:
I) Sendo extrapolado o prazo total para execução do objeto contratado, multa de 1% por dia útil, sobre o valor da contratação, até o limite de 10%;
II) Havendo inexecução total, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total da contratação;
III) Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% por ocorrência, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do contrato;
IV) O Tribunal poderá entender como inexecução total o atraso, na entrega do objeto, superior a 20 dias, podendo, nesse caso, rescindir unilateralmente o contrato, por culpa da contratada.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS